

Arquitetura Paisagística em Espaços Livres de Uso Público: Requalificação do Parque da Prainha, Vila Velha-ES

Moira Indira Pantoja El-Hage

Graduanda Arquitetura e Urbanismo
Universidade Vila Velha – Brasil
indipan2@hotmail.com

Raquel Corrêa Mesquita

Mestranda em Arquitetura e Cidade
Universidade de Vila Velha – Brasil
raquel_cm13@hotmail.com

Ana Paula Rabello Lyra

Professor Dr Mestrado Arquitetura e Cidade
Universidade de Vila Velha – Brasil
ana.lyra@uvv.br

ABSTRACT

Public spaces are crucial to promote interpersonal relationships, social dynamics and urban vitality. However, the industrial development from the 18th century intensified the population density in urban centers, and the public spaces became scarce and disadvantaged. A situation that got worse after the appearance of the automobile when the urban infrastructure was redirected towards promoting individual transportation. Such problems are reflected to the current days, where the infrastructure to accommodate vehicles still overlaps the priority to fulfill pedestrian and cyclist needs. Considering that people eyes effect may convey in the sense of security and well-being of those walking through the city, the presence of those are welcome, and the impacts of urban open spaces are pursued as a goal to guarantee the quality of peoples life. Therefore, this study aims to reconnect the neglected open space of Prainha's Park, located in Vila Velha, ES. It is an historical landmark currently fragile and susceptible to degradation. A literature review regarding the public open spaces and its improvements to the quality of life and promotion of urban vitality based the starting point of this inquiry. It was followed by a site Analysis and an interpretative phase that resulted in a new landscape design of the park. As a result, the new design creates spaces that embraces local needs and improve social interaction opportunities through its new infrastructures and equipment's.

Keywords: Public spaces; Urban vitality; Urban parks; Requalification; Urban Dignity

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a cidade oferece uma série de apropriações introspectivas onde as pessoas vivem em escritórios, edifícios, shoppings, e outros ambientes fechados, sendo cada vez mais raro o contato com os espaços livres de uso público. Surge a partir deste cenário uma cidade repleta de lugares que priorizam o veículo motorizado e carente de áreas destinadas às práticas sociais. Questiona-se neste contexto sobre a qualidade da paisagem urbana que se consolida árida e desprovida de áreas verdes. Áreas que proporcionam benefícios como qualidade do ar, permeabilidade, conforto ambiental e oportunidades para a recreação, dentre outras qualidades favorecidas pelos espaços livres de uso

público. Espaços essenciais para manter ativa a dinâmica das cidades e garantir qualidade de vida e interação social dos habitantes, considerando suas possibilidades saudáveis de apropriação.

Entretanto, os espaços livres de uso público têm sido cada vez menos utilizados, tanto devido à falta de planejamento e infraestrutura adequada aos mesmos, como pela sensação de insegurança que o meio urbano vem causando aos seus cidadãos. Supõe-se que tal fato ocorra como resultado de uma gestão que impulsiona progressivamente a criação de ocupações introspectivas como os condomínios fechados e os shoppings centers, propiciando a segregação e fragmentação sócio espacial da cidade, bem como valorizando o transporte individual ao invés de atender as necessidades dos próprios pedestres e ciclistas.

Este estudo, resultado do trabalho de conclusão do curso de arquitetura e urbanismo, estuda o referido cenário, analisando os impactos causados na cidade e sua sociedade em busca de um planejamento que restitua os espaços livres de uso público negligenciado à população. Sendo assim, traçou-se como objetivo a requalificação do parque da Prainha, localizado no bairro Centro, no município de Vila Velha/ES, pois se trata de uma região que apesar de possuir diversas qualidades, atualmente é precária em infraestrutura e equipamentos oferecidos à sociedade, o que gera constantes problemas relacionados à segurança. Portanto, o projeto visou criar a integração social e urbana, trazer diversidade de usos e funções para dinamizar a área, bem como infraestrutura adequada para as necessidades dos usuários, e valorizar os potenciais históricos, culturais e paisagísticos. Vale ressaltar que a região de estudo é denominada Sítio Histórico desde 2015, em função de sua relevância histórica para o estado do Espírito Santo, e por possuir uma diversidade de bens tombados.

A metodologia de estudo abrange primeiramente um embasamento teórico relacionado às cidades e às pessoas, com temas relacionados a melhoria da qualidade de vida da população e à vitalidade urbana. Tais estudos foram baseados em livros de autores como Gehl (2013), Jacobs (2011), Mascaró (2005) e Marcus e Francis (1998), bem como em artigos, teses, e dissertações. Foram feitas pesquisas adicionais sobre parques, incluindo definições, tipologias, funções e exemplos de intervenções em dois parques brasileiros e um estrangeiro, de modo a garantir uma melhor compreensão sobre o tema.

Após o embasamento teórico produzido, deu-se início ao diagnóstico da área de intervenção, que contou com a análise histórica, morfológica, ambiental e socioeconômica da área, com o intuito de entender a realidade local, etapa realizada através de mapeamento e visitas à área de estudos, além de entrevistas e registros fotográficos da área. A partir disso, foi possível definir o conceito e partido do projeto, a setorização e a proposta projetual em nível de estudo preliminar, tendo como resultado a valorização de uma área que acolhe uma memória histórica, valorização dos potenciais locais, integração de pessoas e vitalidade ao espaço.

2. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

2.1 Breve definição e evolução histórica da área

Os espaços livres são aqueles não ocupados por edificações, mas que estão presentes ao redor delas e que permitem livre acesso para as pessoas (MAGNOLI, 1982). Tais espaços normalmente estão associados às áreas verdes, porém podem também possuir outras características com funções ambientais (HIJOKA et al., 2007).

Carr e Lynch (apud FRANCIS, 2003), descrevem que os espaços livres são áreas que possuem acesso público, como parques, praças, ruas, jardins comunitários e corredores verdes. Além disso, é importante ressaltar que o sucesso dos espaços livres depende da sua vitalidade e do bom uso que as pessoas fazem deles, bem como devem saciar as necessidades dos usuários, serem significativos para a comunidade e permitir acessibilidade à população (FRANCIS, 2003).

Estes espaços sofrem impactos significativos pela forma de desenvolvimento das cidades, visto que estas tem se tornado vazias, monótonas, sem áreas de escape para lazer e, conseqüentemente, com poucos atrativos para o convívio público, sendo importante estudar questões diversas como segurança, vitalidade, economia, saúde, mobilidade e sustentabilidade, abordadas por autores como Jacobs (2011), Gehl (2013), Sun (2008) e Mascaró (2005).

Com o crescente processo de urbanização nas últimas décadas, as cidades passaram a ser rapidamente transformadas, tanto em função da inserção de novos edifícios quanto em função do aumento da utilização do automóvel e conseqüente criação de novas ruas e avenidas para comportar o fluxo de veículos motorizados, o que resultou em um grande problema na mobilidade urbana das cidades contemporâneas. A esse respeito, Jacobs (2011) já alertava desde a década de 60, que o dramático aumento do tráfego de automóveis e a ideologia urbanística do modernismo, que separa os usos da cidade e destaca edifícios individuais autônomos, poriam um fim ao espaço urbano e à vida da cidade, resultando em cidades sem vida, esvaziadas de pessoas.

As artérias viárias junto com estacionamentos, postos de gasolina e *drive-ins*, são instrumentos de destruição urbana poderosos e persistentes. Para lhes dar lugar, ruas são destruídas e transformadas em espaços imprecisos, sem sentido e vazios para qualquer pessoas a pé (JACOBS, 2011, p. 377).

Portanto, percebe-se que para aqueles que não utilizam o transporte automotor, as áreas são precárias e escassas, já que faltam ciclovias e locais de livre circulação para transeuntes. Além disso, é importante existir a integração com os demais modais de transportes coletivos na cidade, já que este item é essencial para uma melhor mobilidade urbana. Sobre essa situação, Gehl (2013, p. 107) diz:

Boa paisagem urbana e bom sistema de transporte público são dois lados da mesma moeda. A qualidade das viagens entre os pontos de ônibus e estações tem influência direta sobre a eficiência e qualidade dos sistemas de transporte público [...] Bons trajetos para pedestres e ciclistas e bons serviços nas estações são elementos essenciais para garantir conforto e sensação de segurança.

Outro ponto relevante trata da sustentabilidade, já que as cidades atingiram um nível de poluição, consumo e descarte abundantes, de modo que têm prejudicado não só as pessoas, mas também o próprio planeta. Segundo Gehl (2013), o conceito de sustentabilidade aplicado às cidades é amplo, estando inclusas preocupações como consumo de energia, emissões dos edifícios, atividades industriais, fornecimento de energia e gerenciamento de água, esgoto e transportes. Dito isso, é importante citar que algumas medidas poderiam ser aplicadas nas políticas sustentáveis das cidades, como por exemplo, a priorização dos pedestres e ciclistas no meio urbano e a colocação de arborização nas áreas livres, já que esta permite o sombreamento das ruas e calçadas, amenizando a temperatura tanto da superfície dos pavimentos, como das fachadas dos edifícios, além de controlar a direção e velocidade dos ventos, garantindo assim a menor utilização de meios artificiais de resfriamento (MASCARÓ, 2005).

As áreas livres públicas também estão diretamente relacionadas com a vitalidade e economia

local. Segundo Corsini (2007), os espaços públicos são essenciais para assegurar vitalidade ao ambiente urbano, pensamento também compartilhado por Gehl (2013), destacando que o que realmente importa não é o número de indivíduos, senão a sensação de que o local é habitado e está sendo utilizado, já que a presença de outras pessoas transmite uma sensação de segurança. Em relação à economia, vale destacar que o adensamento de construções próximas às áreas livres e a concentração de atividades são imprescindíveis para o comércio e a especulação imobiliária (SUN, 2008). Os locais vizinhos aos espaços livres verdes são privilegiados e conseqüentemente possuem maior valorização e estabilidade econômica, aumentando o preço do valor da terra (MASCARÓ, 2005), uma vez que “vendem” saúde, vitalidade espacial e social, bem como visuais agradáveis.

Os espaços públicos também desempenham funções em relação ao bem estar e à saúde da população. Segundo Francis (2003, p. 23, tradução nossa) “a sensação de conforto psicológico é uma das experiências que as pessoas procuram nos espaços abertos. Este benefício pode ser promovido pelo efeito restaurador da água ou verde urbano [...]”. Portanto em se tratando de bem estar, a função dos espaços públicos são primordiais.

A insegurança urbana enfrentada pela sociedade atualmente, pode ser amenizada com o bom planejamento dos espaços públicos. Segundo Jacobs (2011), uma forma de garantir segurança nas ruas e calçadas, é promover a vigilância natural através de pessoas suficientes nas ruas, e para isso devem haver três condições essenciais, sendo elas a nítida separação entre o espaço público e privado, devem existir olhos na rua, e a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente.

Tais medidas auxiliam na sensação de segurança das pessoas, pois assim é fácil enxergar o que está acontecendo ao redor, além de existir o contato visual entre o interior e os espaços públicos. Seguindo tal pensamento, é possível adentrar na questão da relação interpessoal. Segundo Gomes (2002), o espaço livre trata essencialmente de uma área com diversidade social, onde os diferentes interesses e expectativas se alimentam da presença e interação das pessoas, transpassando o individualismo através da prática da conversa e civilidade. Portanto a relação social nas áreas livres é crucial, pois ali se faz presente a vitalidade urbana e as pessoas criam o senso de comunidade entre si.

2.2 Parques

O Parque é uma tipologia de espaço livre de uso público sendo considerado por Macedo e Sakata (2010) como todo espaço de uso público destinado ao lazer da população, qualquer que seja seu tipo, capaz de introduzir intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente. Além disso, afirmam que o parque é estruturado por vegetação e atende a uma grande diversidade de lazer, tanto cultural quanto esportiva, não possuindo necessariamente a destinação voltada para o lazer contemplativo. Outra explicação equivalente também foi definida pela arquiteta paisagista Kliass (2011), que diz que os parques urbanos são espaços públicos que possuem dimensões consideráveis com a predominância de componentes naturais, como cobertura vegetal, destinados à recreação.

Dito isso, é importante ressaltar que existem diversos tipos de parques, cada um com suas diferentes funções e características. Segundo Macedo e Sakata (2010), os parques possuem três funções de lazer, sendo elas a cultural, esportiva e contemplativa. Dentro da função lazer, Francis (2003), destaca que deve haver engajamento passivo, que trata das ações observar, descansar, conversar, bem como o ativo, que envolve a presença de atividades e esportes, como caminhadas, sem

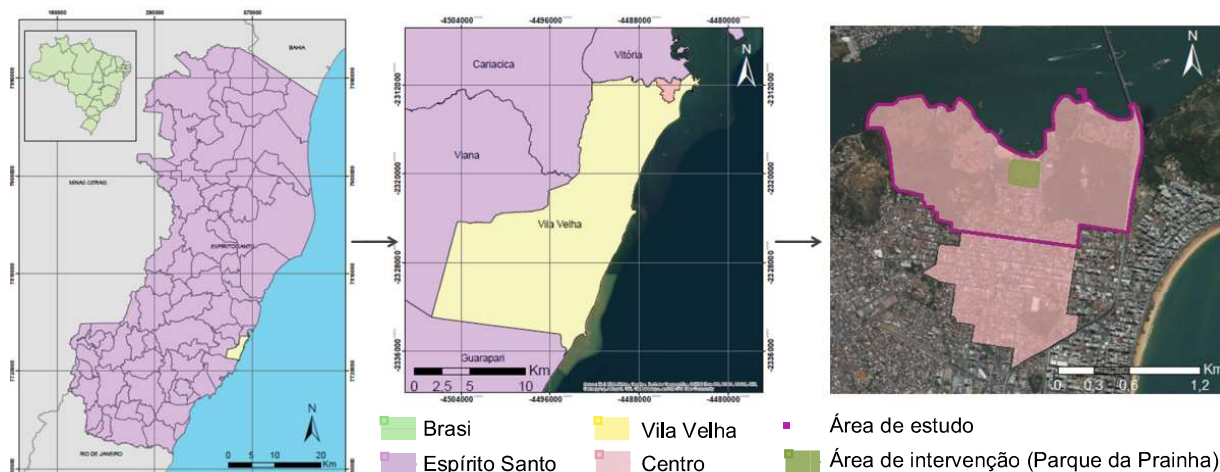
se descuidar da presença de espaços para todas as faixas etárias, desde playgrounds para as crianças até espaços para idosos, promovendo consequentemente a função de socialização.

Entendendo a importância do parque, como espaço livre de uso público, para a cidade, faz-se necessário analisar recomendações que devem ser consideradas para uma intervenção paisagística. O “Guia de Espaços Públicos”, produzido por Heemann e Santiago (2016), elaborado com base nos princípios e práticas da *Project for Public Spaces*¹, aborda quatro atributos essenciais para tornar o espaço público bem sucedido, sendo eles sociabilidade, atividades, acessibilidade e conforto, desencadeando a partir disso as demais características ideias para o ambiente.

2.3 Área de estudo

A Prainha está localizada no bairro Centro do município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, sendo que a área de estudo do trabalho abrange os morros do Convento da Penha, da Ucharia, do Jaburuna e do Cruzeiro da Prainha, limitando-se ao norte pela Baía de Vitória e ao sul pela avenida Castelo Branco. O **Mapa 1** abaixo apresenta a localização da Prainha bem como a área de intervenção.

Mapa 1. Localização da Prainha, Vila Velha (ES).



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IJSN² e PMVV³, 2018.

Vila Velha é o município mais antigo do estado do Espírito Santo, onde em 1535 desembarcavam em sua enseada os portugueses, dentre eles Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo e responsável pela colonização da mesma (VIEIRA, 2012). A construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário foi o marco dessa colonização, tombada em 1950 pelo IPHAN devido à sua importância histórica (IPHAN, acesso em 21/11/2017). Anos mais tarde, em 1558, o Frei Francisco Pedro Palácios foi responsável por construir a 154 metros de altitude, um dos santuários mais antigos do Brasil, o Convento da Nossa Senhora da Penha (VIEIRA, 2012), tombado pelo IPHAN em 1943 e

¹ Organização sem fins lucrativos de Nova York, que ajuda pessoas a criar e manter espaços públicos com o objetivo de construir comunidades mais fortes. Fonte: placemaking.org.br.

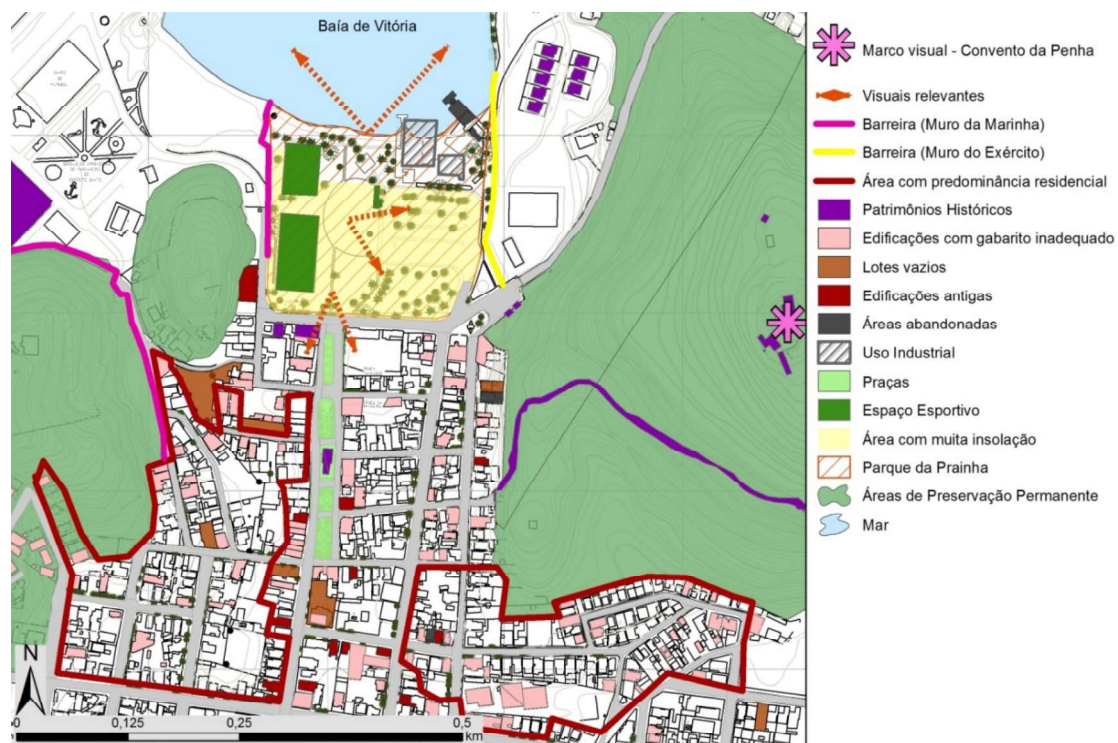
² Instituto Jones dos Santos Neves.

³ Prefeitura Municipal de Vila Velha.

sendo hoje o maior símbolo religioso do estado. A partir disso, percebe-se que a região possui um rico acervo histórico compreendido pelas edificações citadas acima, e também por outras como, por exemplo, o Museu Homero Massena, a Casa da Memória e Casa Amarela da Família Shalders, todas pertencentes ao sítio histórico.

Seguindo para o diagnóstico da área, alguns estudos foram essenciais para permitir uma melhor compreensão do local. A partir deste levantamento, geraram-se mapas que analisam o zoneamento urbano, uso e ocupação do solo, gabaritos, morfologia urbana, mobilidade, equipamentos urbanos, sinais comportamentais, patologias urbanas, topografia e condicionantes ambientais, estando as informações mais relevantes agrupadas no **Mapa 2**:

Mapa 2. Síntese das informações recolhidas no diagnóstico



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

3. PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DA PRAINHA

Os conceitos estabelecidos para o projeto de intervenção foram resultantes das análises das demandas exigidas pela região e pela população, detectadas através de visitas ao local, entrevistas com usuários, produção de mapas e do diagnóstico da área, bem como do embasamento teórico produzido sobre espaços livres de uso público. Tais conceitos buscaram valorizar a área e seus pontos positivos, bem como adequar o parque para a realidade do local, removendo os problemas e vulnerabilidades encontrados. Os conceitos são apresentados na **Figura 1**.

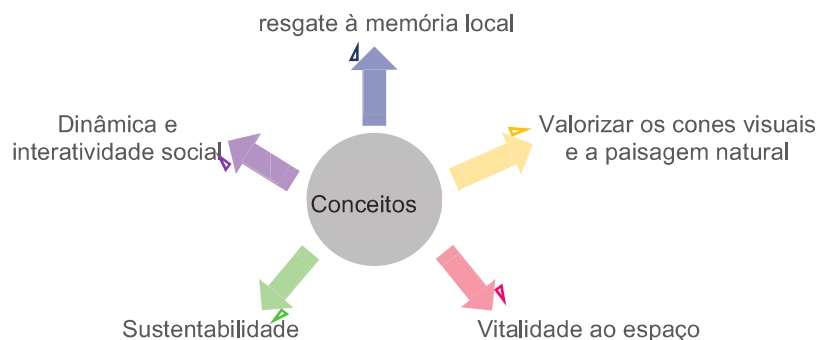
Foram então adotados os conceitos de vitalidade, sustentabilidade e interatividade, identificados no referencial teórico e que se fazem importante no processo projetual de um espaço livre de uso público, garantindo benefícios tanto para a cidade como para a população.

Para garantia da vitalidade, buscou-se inserir múltiplos usos e funções em toda a extensão do parque, de modo a atrair pessoas de diferentes idades e em diversas horas do dia, mantendo assim os espaços ocupados e conseqüentemente tornando-os mais seguros e convidativos. Foram criadas tanto atividades recreativas, dinâmicas, culturais e esportivas, além de locais de descanso e de contemplação, todos com mobiliários urbanos e infraestrutura adequada para atender os usuários, garantindo dessa forma a maior permanência dos mesmos no local.

A sustentabilidade veio através de estratégias como o aproveitamento da água da chuva e o sistema de contenção de inundações, através da utilização das pistas de skate como um bolsão de armazenamento de água. Já a interatividade é garantida através de diferentes atividades como o *pet park*, área de recreação infantil, espaço esportivo e horta comunitária. Além disso, foram pensados em elementos voltados ao setor cultural e gastronômico, que atendem a um público diverso e garante a integração social.

Outros dois conceitos relevantes adotados e que são relacionados às necessidades específicas da área são o resgate a memória local, visto que a região possui relevância histórica, religiosa e cultural, garantido através de um circuito histórico pelas principais edificações históricas. Já a valorização dos cones visuais do Convento da Penha e para os elementos naturais da região foi pensada a partir da criação de eixos e áreas desimpedidas de obstáculos visuais.

Figura 1. Conceitos do projeto de intervenção.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

A partir disso, foi feita a setorização buscando sempre a implantação de atividades adequadas ao local, de modo a atrair usuários de diferentes idades em diversas horas do dia e suprir as necessidades da população para a área. Sendo assim, optou-se por criar uma grande variedade de usos no parque, posicionando-os em áreas estratégicas e apropriadas, além de manter alguns usos já existentes e de grande importância para a região, como por exemplo, a área de pescadores. Os espaços foram organizados e estruturados em oito setores, agrupados por afinidade das atividades propostas para estas áreas: memória histórica, esportivo, contemplativo, recreativo, sensorial, gastronômico e eventos.

Memória histórica: ponto inicial do circuito turístico, localizado próximo aos bens históricos existentes no entorno (Casa da Memória, Casa Amarela e Museu Homero Massena). Área projetada para receber totens digitais com explicações sobre os pontos turísticos e sobre a história de Vila Velha, de modo a inserir o visitante no cenário local.

Esportivo: área criada para a prática de diversos esportes por pessoas de todas as idades, desde

crianças até os idosos, promovendo integração entre os usuários. Compreende sanitários públicos, vestiário e lanchonetes.

Contemplativo: local destinado à contemplação dos elementos da paisagem do entorno, da baía de Vitória, tanto naturais como artificiais, contendo decks e assentos lúdicos para melhor experiência e conforto dos visitantes.

Recreativo: espaço destinado aos animais domésticos e ao lazer das crianças, com a presença de equipamentos lúdicos e dinâmicos que despertem o interesse e criatividade do usuário.

Sensorial: composto por três setores menores, o jardim sensorial, a horta comunitária e o jardim zen, todos destinados à interação do usuário com o ambiente. O cenário é contemplado pelo elemento água em formas variadas para promover uma experiência sensorial diversificada.

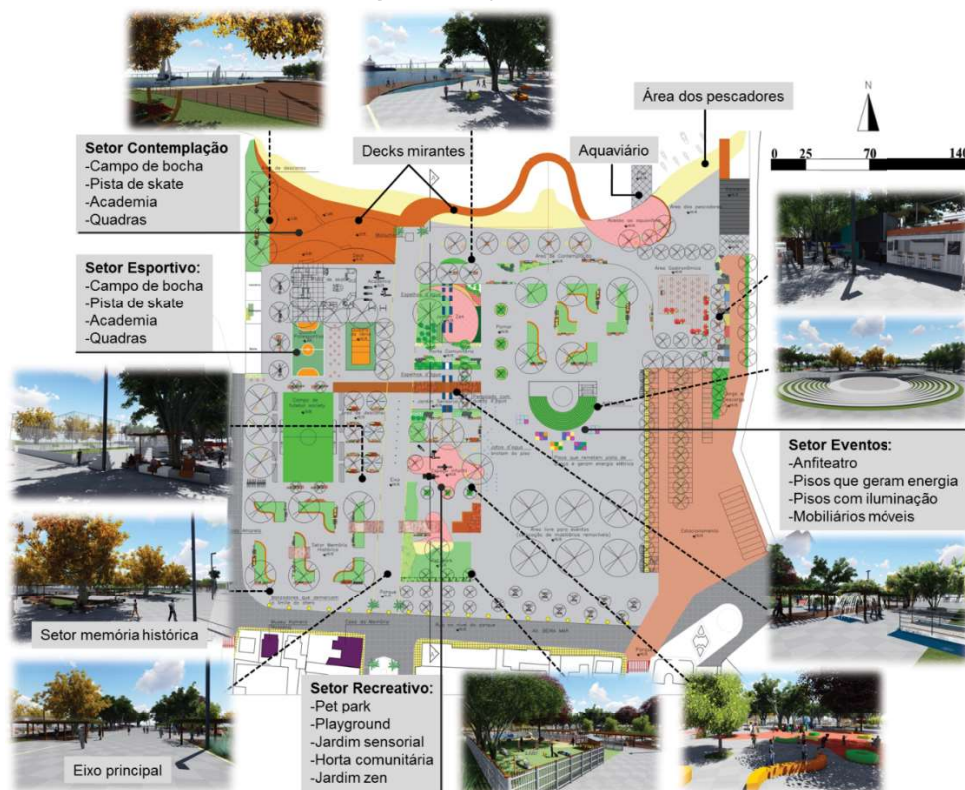
Gastronômico: utiliza como estrutura contêineres e um pergolado em madeira, destinado principalmente à acomodar a culinária local.

Eventos: grande área livre designada a eventos diversos, sendo composta por mobiliários móveis, anfiteatro e espaço para acomodar feiras e *food trucks*.

Pesca: setor criado para a manutenção da pesca artesanal existente no local, garantindo infraestrutura adequada à lavagem e venda de peixe.

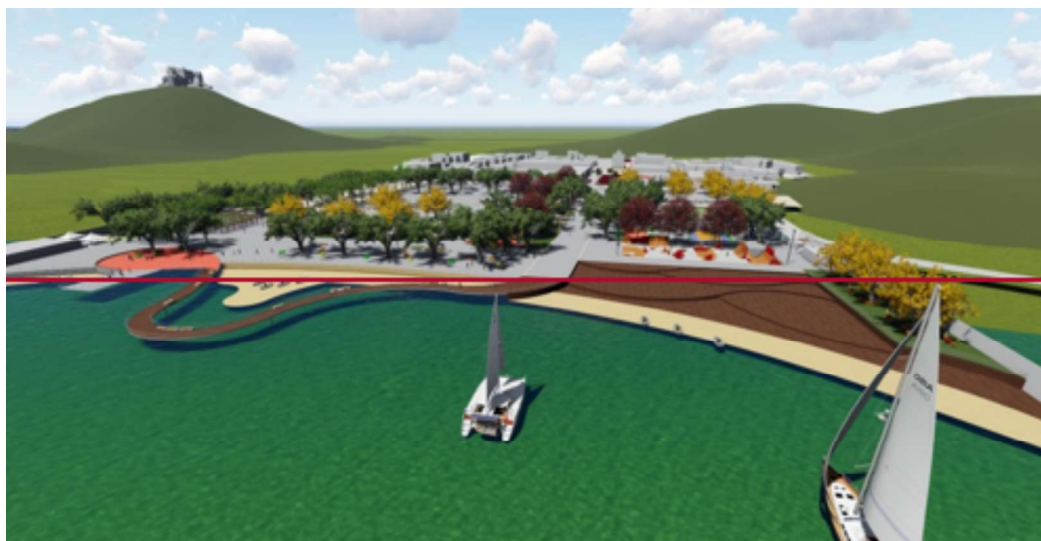
A **Figura 2** apresenta a implantação do projeto e perspectivas, bem como informações sobre os diferentes setores propostos. Já a **figura 3** apresenta uma perspectiva geral da intervenção.

Figura 2. Projeto de intervenção.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Figura 3. Perspectiva geral.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

5. CONCLUSÃO

As áreas livres têm perdido seu espaço na cidade tanto para construções introspectivas, como para os carros, o que gera no abandono dessas áreas por parte da população, pois tornam-se locais descuidados, isolados, sem atrativos, e conseqüentemente passam a ter uma ocupação inadequada, o que gera maior insegurança para os habitantes. Sendo assim, ocorre o afastamento entre o ambiente público e as pessoas, situação esta que propicia a cidades a se tornarem monótonas e sem vida.

A partir desse contexto, o trabalho busca no embasamento teórico os fundamentos aplicados no projeto para promover o resgate das relações dos espaços livres de uso público com a cidade e seus habitantes, adentrando em questões relacionadas à vitalidade, segurança, mobilidade, economia, bem estar, sustentabilidade, dentre outros itens diretamente ligados com a melhoria da qualidade de vida da população e da vivência urbana. Além disso, o trabalho também enfatiza a importância dos parques públicos nas cidades, de modo que foram analisadas suas funções dentro do contexto urbano, ademais de haver um estudo sobre as diversas tipologias de parques, resultando assim em um acúmulo de informações relevantes a serem consideradas na proposta de requalificação do parque da Prainha.

O parque da Prainha foi escolhido como local da proposta de intervenção por ser uma área repleta de valores culturais, históricos e religiosos, identificados e estudados no diagnóstico deste trabalho, portanto o objetivo principal foi resgatar esses valores, já que possuem importância não só para a área em estudo, mas também para o município. Dessa maneira, a proposta utiliza mecanismos que valorizam os potenciais visuais, turísticos e ambientais existentes, além de trazer diversidade de usos e funções para o local, melhoria na dinâmica social, equipamentos adequados para todas as idades e propostas que proporcionem a relação interpessoal. Os elementos que compõe o parque solucionam os problemas e vulnerabilidades detectadas na região durante o diagnóstico da área.

Portanto, é possível concluir que a proposta de intervenção atinge seus objetivos, já que os elementos que compõe o parque privilegiam seus potenciais e como dito anteriormente, solucionam as problemáticas da região, criando assim um parque urbano diversificado, vivo, seguro, sustentável e adequado para a cidade e a população.



REFERÊNCIAS

- CORSINI, José. **Diseño Urbano: Acesoibilidad y sostenibilidad**. Barcelona: Monsa, 2007. 223 p.
- FRANCIS, Mark. **Urban Open Space: Designing For User Needs**. Washington: Island Press, 2003. 96 p.
- GEHL, Jan; **Cidade para Pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. 262p.
- GOMES, Paulo César. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304 p.
- HEEMANN, Jennifer; SANTIAGO, Paola. **Guia do Espaço Público: para inspirar e transformar**. São Paulo, 2016.
- HIJIOKA, Akemi. Espaços livres e espacialidades a esfera de vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. **Revistas USP-Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 23, p.116 – 123, 2007. Disponível em:
<<http://www.journals.usp.br/paam/article/viewFile/87854/90769>> Acesso em 17/11/2017.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de Grandes Cidades**. 3 ed. São Paulo: WMF M. Fontes, 2011. 510 p.
- KLIASS, Rosa. **Desenhando Paisagens, moldando uma profissão**. 2 ed. São Paulo: Senac, 2011. 221 p.
- LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Vitória, ES: GSA, 2014.
- LIRA, Pablo S. ; LYRA, Ana Paula R. ; GUADALUPE, Thiago C. . **Organização social do território e criminalidade violenta: Análise espacial dos crimes e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV**. In: Pablo Lira, Adilson Pereira de Oliveira Júnior, Latussa Laranja Monteiro. (Org.). Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. 1ªed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, v. , p. 293-318.
- MACEDO, Silvio; SAKATA, Francine. **Parques Urbanos no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2010. 216 p. (Coleção Quapá).
- MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. 116 p. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan. **Vegetação Urbana**. 2 ed. Porto Alegre: Mais Quatro, 2005. 204 p.
- SUN, Alex. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2 ed. São Paulo: Ed. Senac, 2008.
- VIEIRA, Letícia. VILA VELHA...Onde tudo começou. **Folha Vitória**, Vitória, 16 mar. 2012. Disponível em:<<http://www.folhavitoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/2012/03/vila-velha-onde-tudo-comecou/>> Acesso em 21/11/2017.